



MINISTÉRIO PÚBLICO
PORTUGAL

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA
DEPARTAMENTO CENTRAL DE
INVESTIGAÇÃO E AÇÃO PENAL

AUXÍLIO À IMIGRAÇÃO ILEGAL E FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTO

O Ministério Público, no Departamento Central de Investigação e Ação Penal (DCIAP), deduziu acusação contra trinta arguidos, todos eles pessoas singulares, pela prática de crimes de falsificação de documento, tendo um arguido sido ainda acusado da prática do crime de auxílio à imigração ilegal.

O inquérito que teve origem em certidão extraída do NUIPC 4/16.1ZCLSB, no âmbito do qual foi investigado um grupo organizado, constituído por cidadãos brasileiros, que atuou em Portugal com vista à atribuição da nacionalidade portuguesa através da falsificação de documentos oficiais brasileiros.

Tais documentos foram utilizados como forma de comprovar, nas Conservatórias do Registo Civil portuguesas, que os indivíduos em causa estavam em condições de lhes ser atribuída a nacionalidade portuguesa “originária”, por, alegadamente, serem filhos de pai português ou de mãe portuguesa e/ou de avô português ou de avó portuguesa.

No presente inquérito investigou-se a responsabilidade de beneficiários daquele esquema, os quais, através da atuação do referido grupo organizado, ocorrida entre 2015 e 2018, beneficiaram, ou tentaram beneficiar da atribuição da nacionalidade portuguesa, desta forma incorrendo na prática de crimes de falsificação de documento.



MINISTÉRIO PÚBLICO
PORTUGAL

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA
DEPARTAMENTO CENTRAL DE
INVESTIGAÇÃO E AÇÃO PENAL

A par destes, foi, ainda, acusado um dos elementos daquele grupo organizado de indivíduos, por factos susceptíveis de integrarem a prática de um crime de auxílio à imigração ilegal.

Na investigação, o Ministério Público foi coadjuvado pelo SEF (antes da respectiva extinção) e pela Polícia Judiciária.

Os arguidos encontram-se sujeitos a Termo de Identidade e Residência.

NUIPC 175/19.5TELSB

Data da acusação: 25-03-2026